

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 27 de maio de 2025 às 07h47
Seleção de Notícias

CNBC Brasil Online | BR-SP

Propriedade Intelectual

"A riqueza hoje está na tecnologia, na inovação e na propriedade intelectual", diz Barroso na CNI	4
<small>REDAÇÃO TIMES BRASIL</small>	

Convergência Digital | BR

Direitos Autorais

Remuneração de treinamento: Estudo esquentou briga entre direito autoral e a inteligência artificial	5
<small>LUIS OSVALDO GROSSMANN</small>	

Migalhas | BR

ABPI

MIGALHAS nº 6.106	7
<small>MIGALHAS</small>	

MSN Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

Minas Gerais lidera o ranking nacional de patentes de invenção; veja os destaques	14
<small>DIÁRIO DO COMÉRCIO</small>	

Propriedade Intelectual

Pedir permissão para usar conteúdos 'matéria' setor de IA, diz ex-chefe da Meta	15
<small>NILTON CÉSAR MONASTIER KLEINA</small>	

Folha.com | BR

Pirataria

Cigarros ilegais avançam no Nordeste e abastecem crime organizado	17
<small>MERCADO MARCELO TOLEDO</small>	

Pirataria

Anatel acusa Mercado Livre de ser principal ponto de venda de eletrônicos piratas	25
<small>ÚLTIMAS NOTÍCIAS</small>	

G1 - Globo | BR

Pirataria

Anatel apreende mais de 1,4 mil produtos irregulares durante operação em depósitos de Mercado Livre e Amazon	28
<small>ECONOMIA E NEGÓCIOS MARIANA ASSIS</small>	

UOL Notícias | BR

Patentes

Novo Código Civil quer responsabilizar big techs por conteúdos de usuários	30
---	-----------

POLÍTICA | LUCCAS LUCENA

Agência Senado | BR

Patentes

Plenário vai analisar tratado sobre patente internacional de microrganismos	31
--	-----------

FOTO

Consultor Jurídico | BR

Direitos Autorais

Caso Volpi: os direitos autorais de obras produzidas sob Alzheimer	33
---	-----------

Hoje em Dia - Online | BR-MG

27 de maio de 2025 | Propriedade Intelectual

Brasil mostra sua força como exemplo de inovação tecnológica para a América Latina	37
---	-----------

"A riqueza hoje está na tecnologia, na inovação e na propriedade intelectual", diz Barroso na CNI



Durante palestra magna no evento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), nesta segunda-feira (26), o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, destacou que o mundo vive uma transformação impulsionada pela economia do conhecimento, "na qual a riqueza está menos nos bens físicos e mais na **propriedade** intelectual, na coleta de dados e na capacidade de inovação".

Barroso afirmou que a nova economia é marcada pela "virtualização da vida, pela digitalização dos processos e pela centralidade da tecnologia", citando exemplos como inteligência artificial, blockchain, nanotecnologia, biotecnologia e computação quântica.

Ao comparar diferentes momentos da história econômica, o ministro destacou que, no passado, "as empresas mais valiosas eram do setor de petróleo, automóveis e equipamentos industriais". Hoje, segundo ele, "esse espaço é ocupado por gigantes de tecnologia como Apple, Amazon, Facebook, Goo-

gle, Microsoft e NVIDIA".

Barroso alertou que "essa transformação impõe desafios e oportunidades para a indústria brasileira, que precisa se adaptar ao ambiente das big techs, startups e fintechs para permanecer competitiva na economia digital".

Remuneração de treinamento: Estudo esquentar briga entre direito autoral e a inteligência artificial



Remuneração de treinamento: Estudo esquentar briga entre **direito** autoral e a inteligência artificial

Um estudo do Reglab, centro de pesquisa especializado em regulação e tecnologia, promete esquentar ainda mais o debate sobre a regulação da Inteligência Artificial no Brasil. A partir de entrevistas com profissionais de ciências, matemática e engenharia, a pesquisa aponta ser muito difícil remunerar pelo treinamento de IA, alertando para os obstáculos técnicos e potenciais distorções econômicas de propostas que buscam compensar autores pelo uso de suas obras no treinamento de modelos de Inteligência Artificial Generativa.

O estudo Remuneração por **Direitos** Autorais em IA: Limites e Desafios de Implementação destaca que a natureza estatística dos sistemas de IA torna inviável rastrear a contribuição individual de cada obra - um desafio central para qualquer modelo de compensação. Para o Reglab, os modelos de IA generativa não operam como bancos de dados tradicionais que armazenam e reproduzem conteúdo.

Em vez disso, eles convertem textos, imagens e outros materiais em representações matemáticas (vetores) que capturam padrões estatísticos sem reter os arquivos originais. "É impossível determinar qual obra específica influenciou uma resposta do modelo.

O sistema generaliza padrões, não copia conteúdo", diz o estudo. Essa limitação técnica inviabiliza mecanismos de remuneração baseados no uso mensurável, como os aplicados em streaming ou **direitos** autorais tradicionais.

O assunto promete dividir gente grande. Na quinta, 22/5, durante o 5º Congresso Brasileiro de **Internet**, promovido pela Abranet, em Brasília, o diretor de Relações Institucionais e Regulação do Grupo Globo, Marcelo Bechara, foi categórico ao sustentar que direito de autor tem proteção constitucional. "O Brasil não tem 'fair use'. Empresas estão construindo patrimônio em cima de propriedade privada, intelectual. Têm que pagar. No mesmo debate, como ao resumir os argumentos vistos nesse estudo, a gerente de Políticas Públicas da OpenAI rebateu: "O ChatGPT não é banco de dados. Input não é output".

O estudo aponta quatro impactos potenciais de regulações rígidas: a redução da qualidade dos modelos, pois restrições a dados em português podem prejudicar a capacidade da IA de entender contextos locais; a concentração de mercado, já que grandes empresas com acesso a datasets proprietários dominariam o setor, excluindo startups; a fuga de investimentos, pois empresas poderiam migrar o treinamento para países com regras mais flexíveis, como EUA ou Japão; e a inviabilidade operacional, visto que licenciar individualmente milhões de obras seria impraticável e caro. "Se o Brasil adotar regras rígidas, o treinamento simplesmente vai acontecer em servidores no exterior", afirma o estudo.

Continuação:
Remuneração de treinamento: Estudo esquento briga entre direito autoral e a inteligência artificial

A pesquisa critica a desconexão entre o projeto de lei brasileiro (PL 2.338/23) e a realidade técnica. Enquanto o texto propõe licenciamento obrigatório e transparência total dos datasets, o estudo, a partir de entrevistas com especialistas, afirma que essas exigências são incompatíveis com o funcionamento atual da IA generativa.

MIGALHAS nº 6.106



Segunda-Feira, 26 de maio de 2025 - Migalhas nº 6.106.

Fechamento às 07h34.

"Os poemas e os romances podem reproduzir-se sem a intervenção dos editores."

Eça de Queirós

Da ficção para a vida real

Nos últimos dias, uma cena da novela Vale Tudo em que a personagem Lucimar busca pensão alimentícia para o filho atravessou a tela e tocou a realidade: o aplicativo da Defensoria Pública do Rio registrou um pico de 4.560 acessos por minuto. Não é a primeira vez que a teledramaturgia brasileira inspira mobilizações concretas. Explode Coração, Laços de Família e Salve Jorge são exemplos de tramas que acenderam reflexões sociais e impulsionaram transformações. Relembre. ()

Expurgos inflacionários

STF concluiu (ainda uma vez) julgamento envolvendo diferenças de perdas inflacionárias dos planos econômicos Bresser. ()

Multa isolada

STF vai analisar, em plenário físico, recurso que discute se multa isolada, aplicada por descumprimento de obrigações acessórias relacionadas a operação que não gerou crédito tributário, pode ser considerada confiscatória. Com divergências no plenário virtual,

caso teve pedido de destaque pelo ministro Zanin. ()

Programa fiscal

A mudança no percentual de ressarcimento do programa Reintegra só passa a valer 90 dias após a publicação da lei. ()

Só por precatórios

STF decidiu que créditos superpreferenciais devem ser pagos por meio de precatórios, e não por RPV. Para a Corte, o modelo de requisição imediata fere a Constituição e compromete o equilíbrio fiscal. ()

Mora legislativa

STF reconheceu omissão do Congresso por não tipificar como crime a retenção dolosa de salários, conforme determinado pela CF. Relator, ministro Toffoli propôs prazo de 180 dias para edição da norma. ()

"Ouvir dizer"

Depoimentos indiretos, os chamados "testemunhos de ouvir dizer", podem influenciar o Tribunal do Júri? A questão que será analisada pelo STF. ()

Lei fundiária

Ministro Gilmar Mendes pediu destaque no julgamento que discute a constitucionalidade da lei 13.465/17, que trata da regularização fundiária. ()

Benfeitorias não seguem posse

3ª turma do STJ decidiu que o direito à indenização por benfeitorias não permite que arrendatário rural se recuse a desocupar imóvel após despejo. ()

Em nome da publicidade

CNJ autorizou o acesso público, mediante certificado digital, a informações básicas da CEP - Central de Escrituras e Procurações. ()

Cúpula Judicial: Brasil no centro das atenções

O STJ sediará, em 2027, a "23ª edição da Cúpula Judicial Ibero-americana". O encontro reunirá representantes de 23 países para debater o uso da inteligência artificial no Judiciário. Será a segunda vez que o Brasil recebe o evento. ()

STJ em destaque internacional

Durante a "22ª Cúpula Judicial Ibero-americana", três ministros do STJ foram eleitos para comissões temáticas: Nancy Andrichi (Ética Judicial), Sebastião Reis Júnior (Qualidade da Justiça) e Paulo Sérgio Domingues (Justiça e Meio Ambiente). ()

Penhora celestial

Juiz autoriza penhora de 10% de dízimo para pagar dívida da igreja no valor de R\$ 1 milhão. Medida autoriza recolhimento em espécie, inclusive durante os cultos. ()

Fronteiras fechadas

Em execução trabalhista de R\$ 40 mil, juiz determinou a suspensão dos passaportes e proibiu a saída do país dos devedores. ()

Erro amador?

TST rejeitou pedido de banco que alegava nulidade por intimação feita à antiga advogada no PJe. O colegiado destacou que o cadastramento de novos patronos no sistema é responsabilidade exclusiva das partes. ()

Venda emocional

Juíza anulou contrato de multipropriedade firmado

por consumidores que relataram ter sido vítimas de venda emocional, com forte pressão psicológica e falta de clareza nas informações. ()

Transtornos

Azul é condenada a indenizar passageiros que tiveram voo cancelado, foram realocados para outro aeroporto e chegaram em destino diferente do contratado. ()

Calúnia digital

Homem é condenado por acusar, no Facebook, três moradores de envolvimento com facções e os atos de 8 de janeiro. ()

Embriaguez pontual

TRT-2 reverteu justa causa de faxineiro por entender que a embriaguez isolada, sem antecedentes ou risco a terceiros, não justificava a penalidade. ()

Mercado de carbono

Conselheiro do CNMP suspendeu liminarmente recomendação do MPF e MP/PA que sugeria a anulação de contrato de carbono firmado pelo Estado do Pará e pela Companhia de Ativos Ambientais e Participações do Pará com entidade internacional. ()

Migas

Anulada justa causa de repositora que revidou agressão de cliente. () Garantida posse a compradora de imóvel enganada por "falso viúvo". () Fazendeiro indenizará por sombra de eucaliptos em plantação de soja. () Juíza nega vínculo entre operadora de caixa e casa de jogos de azar. () Motorista de ambulância será indenizado por higienizar o próprio uniforme. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

Jurisprudência do CPC

O art. 878 do CPC, analisado por Mirna Ciani, amplia a adjudicação após alienação frustrada, cabendo à jurisprudência definir seus contornos e limites práticos. Confira! ()

Migalhas Trabalhista

Terceirizar sem dor de cabeça? Otto Dmitry Garkauskas Hernandez e Victor Cavalieri Zampolo mostram como fugir de riscos, fraudes e processos, com um checklist afiado e soluções certeiras. ()

Migalhas de Direito Médico e Bioética

Maria Fernanda Dias Mergulhão alerta: iatrogenia não é azar, é negligência disfarçada, defendendo prevenção, responsabilidade e um Estatuto do Paciente para proteger a vida. ()

Leitura Legal

Eudes Quintino de Oliveira Júnior comenta que cientistas - verdadeiros arqueólogos do DNA - revelaram a complexa e miscigenada identidade genética do Brasil, conectando passado e futuro na construção de uma medicina cada vez mais preventiva e personalizada. ()

Migalhas de peso

- "Maturidade digital na gestão jurídica: em que momento a IA faz sentido?", por Lilian Barajas (ForeLegal). ()

- "Unificação de eleições: Um salto no escuro para a democracia brasileira", por Leonardo Santos de Souza (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político - ABRADep). ()

- "Gestão de pessoas e indicadores de performance na

controladoria jurídica: o impacto da liderança na eficiência e produtividade da equipe", por Lorena Janaína Ferreira (Jacó Coelho Advogados). ()

- "Atos de reiteração de diligências a órgão estatal não interrompem a prescrição intercorrente no âmbito do TCU", por Ana Luiza Moerbeck e Daniella Felix Teixeira (Bocater Advogados). ()

- "Segurança jurídica e justiça desportiva", por Gustavo Favero Vaughn e Luís Otávio Teixeira Veríssimo (Cesar Asfor Rocha Advogados). ()

- "ICMS/SP - Crédito fiscal sobre AIIM quitado por parcelamento é admitido pela SEFAZ/SP", por Fernanda Botinha Nascimento e Priscila Santos Rosa (Araújo e Policastro Advogados). ()

- "Direitos do produtor rural em meio ao surto de gripe aviária no Brasil", por Leandro Marmo (João Domingos Advogados). ()

- "Reforma tributária desperta corrida para revisão e aproveitamento de créditos fiscais", por Thiago Mendes Oliveira e Fernanda Tarsitano (Martinelli Advogados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Estágio

O chão de pedra da velha e sempre nova academia foi palco da maior feira de estágio da América Latina. Realizado anualmente pela SanFran Jr., o evento aconteceu no Pátio das Arcadas e reuniu cerca de três mil estudantes de diversas universidades que, além de se conectarem com os maiores escritórios do Brasil, empresas e bancos, puderam assistir palestras sobre inovação, carreira e intercâmbio. ()

Oportunidade

Machado e Magalhães Advogados Associados está com vaga aberta para advogado associado em sua sede, em Goiânia. A atuação é nas áreas Cível, Empresarial e Direito Público. ()

Nova sócia

Mariana Cuzziol é a nova sócia de Direito Regulatório de Daniel Advogados. ()

Expansão e inovação

Martorelli Advogados anuncia a chegada de Luciana Martins como nova sócia e líder da recém-criada área de Expansão e Inovação. ()

Baú migalheiro

Há 201 anos, em 26 de maio de 1824, os Estados Unidos da América, por meio de ato diplomático formal, tornaram-se o primeiro país do continente americano a reconhecer juridicamente a Independência do Brasil, antes mesmo de Portugal e de qualquer outra nação europeia, conferindo legitimidade internacional ao novo Estado soberano e estabelecendo relações diplomáticas e comerciais. (Compartilhe)

Sorteio

A obra "Segredos de Negócio - Uma nova perspectiva jurídica" (Lumen Juris, 304p.), escrita por Márcio Junqueira Leite, consultor do escritório Pinheiro Neto Advogados, apresenta uma análise aprofundada e prática sobre a proteção de segredos empresariais no contexto da economia do conhecimento. Concorra a um exemplar oferecido pelo autor. ()

Novidades

O Instituto Dannemann Siemsen, mantido pelo Dannemann Siemsen, publicou seu primeiro "Relatório Anual de **Propriedade** Intelectual", com dados de 2024 sobre **patentes**, leis, decisões judiciais e no-

tícias do setor no Brasil. A obra traz estatísticas do **INPI**, mudanças legislativas, jurisprudência do STJ e temas como IA e proteção de dados. () Cescon Barrieu Advogados divulgou informe de "Mercado de Capitais" sobre "Nova Resolução do CMN restringe emissões de CRIs, CRAs e CDCAs por companhias fechadas". ()

Migalhíssimas

Presidente da OAB/RJ, Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados) vai proferir a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Direito Civil", com o tema "Ação de Execução de Cotas Condominiais". Amanhã, às 11h, no canal do YouTube "Mentoria da OABRJ". () O congresso "Conseguro 2025", encontro de negócios da indústria de seguros organizado pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), acontece amanhã, no World Trade Center, em SP. Informações e inscrições, . Amanhã, a partir das 19h, Lucas Tamer Milaré, de Milaré Advogados, ministrará a aula "Licenciamento Ambiental", na 3ª edição do curso de especialização em "Direito Ambiental e Sustentabilidade", da PUC-RS. Dia 21/5, Glaucete Carvalho, diretora jurídica da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), foi agraciada durante a premiação "The Latin American Lawyer Women Awards 2025", com o prêmio de "In-House Counsel of the Year Insurance". () Maria Luíza Boy de Castilho, de Duarte Garcia, Serra Netto e Terra - Sociedade de Advogados, foi nomeada membro efetivo da comissão especial de Compliance da OAB/S-P. A Comissão tem como objetivo estudar e debater temas relacionados às práticas de compliance, promover a troca de experiências entre os profissionais da área e disseminar os princípios e valores das condutas éticas. Também incentiva a participação ativa em reuniões, pesquisas, eventos e na produção de conteúdo técnico e reflexivo sobre o tema. Samuel Anderson Nunes (Fachin Advogados Associados) foi nomeado para diretoria de duas comissões da OAB/PR: secretário-adjunto da Comissão de Inteligência Artificial, e diretor acadêmico da Co-

missão da Advocacia Iniciante. Vanessa Cristina Rodrigues toma posse na comissão de Direito do Trabalho da OAB/PR. () Em comemoração aos 20 anos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ministro Vantuil Abdala (Abdala Advogados) foi homenageado por ter sido o primeiro presidente do CSJT. A solenidade ocorreu no início da 4ª sessão de julgamento do CSJT, na última sexta-feira. Luis Miguel Roa Florentin (A Santos Advogados Associados) foi premiado durante o "INSOL Early Researcher Academics (ERA) Workshop", realizado no último dia 21, em Barcelona. O estudo, apresentado ao lado de Anna Carolina Abrantes, trata da "Desconsideração da Personalidade Jurídica na Justiça do Trabalho", com foco em empresas em recuperação judicial ou falência. () Nelson Wilians Advogados informa que Fernando Cavalcanti está deixando a vice-presidência do escritório para assumir a posição de CEO da NW Corretora de Seguros. A mudança acontece de forma planejada, estruturada e em total alinhamento com a liderança do escritório, como parte da estratégia de crescimento e valorização de trajetórias profissionais.

Encontro

De 2 a 6/6, a **ABPI** - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual realiza o "4º Encontro Científico das Comissões de Estudo". ()

Reunião

IASP promove "Reunião-Almoço", com a presença do presidente do TRT da 2ª região, Valdir Florindo, no dia 2/6, a partir das 12h. ()

Reforma do Código Civil

FGV Direito Rio e FGV Direito SP organizarão uma série de eventos gratuitos sobre a reforma do Código Civil. O primeiro deles ocorre amanhã, a partir das 9h, na capital paulista. ()

Viva!

O ganhador da obra "Os Conselheiros" (Board Academy, 256p.), coordenada por Marcelo Simonato, Farias Souza e Eduardo Gomes, e oferecida por uma das autoras, Louise Rainer Pereira Gionédís (Pereira Gionédís Advogados), é Lui Vasconcelos Rocha Fortes, de Brasília/DF. ()

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

BA/Remanso

MG/Catuji

RO/Pimenta Bueno

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Migalhas Clipping

CartaCapital

"Revolução silenciosa"

Veja

"Dois assaltos por minuto"

The New York Times - EUA

"Rise in Killings By Police Dims Floyd's Legacy"

The Washington Post - EUA

"Trump offers rare reproach of Putin"

Le Monde - França

"Sécurité sociale : l'alerte de la Cour des comptes"

Corriere della Sera - Itália

"Kiev, le bombe di Putin sui civili"

Le Figaro - França

"Taxis, agriculteurs, budget : François Bayrou face au spectre du blocage"

Clarín - Argentina

"Durísimas críticas de la Iglesia a Milei: 'Hemos pasado todos los límites'"

El País - Espanha

"España promueve una coalición internacional para sancionar a Israel por Gaza"

Público - Portugal

"Portugal é um dos países onde Bruxelas vê maior desvio às regras europeias"

Die Welt - Alemanha

"Russland und die Ukraine tauschen 1000 Gefangene aus"

The Guardian - Inglaterra

"Decades of failure to act on racism inquiries leaves UK in 'doom loop'"

O Estado de São Paulo - São Paulo

"Vício em aposta online tira foco do trabalho e produtividade cai"

Folha de São Paulo - São Paulo

"Apagão de servidores ameaça programas de infraestrutura do país"

O Globo - Rio de Janeiro

"Fazenda calcula ressarcimento de aposentados em até R\$ 2 bilhões"

O Estado de Minas- Minas Gerais

"Área ligada à duplicação da 381 cria embate entre PBH e DNIT"

Correio Braziliense - Brasília

"A inteligência no combate às facções criminosas"

Zero Hora - Porto Alegre

"Rombo da Previdência avança 60% em nove anos e pressiona orçamento"

O Povo - Ceará

"40% das obras nas CES entregues entre 2020 e 2024 têm problemas"

Jornal do Commercio - Pernambuco

Continuação: MIGALHAS nº 6.106

"Santa bate Sousa fora de casa e segue imparável na
Série D"

Minas Gerais lidera o ranking nacional de patentes de invenção; veja os destaques

Minas Gerais é o Estado com maior número de instituições entre os 50 maiores depositantes de ativos de propriedade intelectual no Brasil em 2024. São dez entidades, o que representa 18% do total. De acordo com o levantamento do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), o Estado também lidera o ranking de depósitos, com 508 **patentes** de invenção.

Confira a lista

Artigos Relacionados
Maioria dos brasileiros vai pagar dívidas com a restituição do IR; veja como usar o dinheiro
Com o início do calendário de restituição do Imposto de Renda (IR) marcado para 30 de maio, uma pesquisa encomendada pela Serasa e realizada pelo Instituto Opinion Box revela que 67% dos brasileiros pretendem usar o recurso para quitar dívidas, pagar contas básicas ou resolver pendências financeiras inesperadas.

Confira como os brasileiros pretendem usar os recursos

Refis ICMS Minas já atraiu mais de 3 mil contribuintes e negociou quase R\$ 900 milhões
As empresas com dívidas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), geradas até 31 de março de 2023, têm até o último dia deste mês (31) para aderir ao Plano de Regularização de Débitos - Refis ICMS Minas Gerais. Até abril, conforme informações da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF-MG), mais de 3 mil contribuintes já haviam aderido ao programa no Estado.

Veja as condições

destaques sobre economia, agronegócio e negócios em Minas Gerais.

]]>

Pedir permissão para usar conteúdos 'matéria' setor de IA, diz ex-chefe da Meta

Um ex-executivo da Meta, dona de serviços como WhatsApp e Instagram, discursou contra o respeito a **direitos** autorais e dificuldades no uso de materiais por empresas de inteligência artificial (IA). O tema está especialmente em alta no Reino Unido, que atualmente discute alterações em leis da região.

De acordo com Nick Clegg, que foi parlamentar britânico e atuou também como presidente de assuntos globais da Meta, uma legislação mais rígida que protegeria artistas "basicamente mataria a indústria de IA no país do dia para a noite". Ele ainda disse até concordar com artistas que pedem o direito de autorizar ou não o uso de suas obras nos treinamentos, mas considera isso inviável.

"Creio que a comunidade criativa queira dar um passo além. Muitas vozes dizem "Você só pode treinar com o meu conteúdo se perguntar primeiro". E eu devo dizer que isso me parece um pouco implausível, porque esses sistemas treinam em vastas quantidades de dados", afirmou o executivo. Ele ainda disse "não saber como" isso seria operacional, como perguntar a todos os envolvidos antes do treinamento começar.

Atualmente, Clegg está promovendo um livro da própria autoria chamado "How to Save the **Internet**" (Como Salvar a **Internet**, em tradução livre). Além disso, ele é um defensor ao veto de uma lei em debate no Reino Unido que exige maior transparência de IAs sobre que conteúdos foram usados nos modelos de linguagem. Artistas como Elton John e Paul McCartney estão do lado oposto, pedindo que os parlamentares votem a favor da proposta e ajudem a proteger os conteúdos.

A polêmica entre artistas e o treinamento de IAs

A acusação de que empresas de IA coletam conteúdos da **internet** sem qualquer autorização ou compensação para uso comercial - em chatbots que possuem versões pagas, por exemplo - é um dos debates mais controversos envolvendo o tema. De um lado, as companhias dizem que os atuais modelos de linguagem não teriam a mesma qualidade atual se fossem alimentados apenas com materiais de domínio público.

"Acho que esperar que a indústria, tecnologicamente falando ou não, pergunte preventivamente antes mesmo de começar o treinamento... Eu simplesmente não vejo isso. E receio que isso simplesmente colida com a física da própria tecnologia", argumenta Clegg. Executivos como Elon Musk e Jack Dorsey, atual e ex-dono do X (antigo Twitter), são ainda mais radicais e pedem o fim de leis de **propriedade** intelectual como um todo.

Do outro lado, há ao menos o pedido por transparência, para que pagamentos possam ser solicitados caso materiais protegidos por **direitos** autorais tenham sido usados nos processos. A própria Meta, durante o período em que ele esteve na empresa, baixou ilegalmente uma altíssima quantidade de livros contidos em repositórios piratas para uso nas IAs - sabendo que isso seria considerado irregular, caso fosse descoberto.

Além disso, escritores e jornalistas já iniciaram processos contra empresas como a Nvidia e a OpenAI, dona do ChatGPT, alegando o uso de materiais sem autorização.

Continuação: Pedir permissão para usar conteúdos 'matéria' setor de IA, diz ex-chefe da Meta

No caso do Reino Unido, as empresas de IA conseguiram ganhar o primeiro round. A primeira tentativa de emenda constitucional na região foi derrubada por parlamentares, sob o argumento de que a indústria local precisa de ambos os setores, o cultural e o de IA, para prosperar.

Curioso para saber se a sua profissão corre risco de ser transformada pela tecnologia? Confira esse conteúdo publicado pelo TecMundo!

Cigarros ilegais avançam no Nordeste e abastecem crime organizado

MERCADO



7 em cada 10 cigarros consumidos no Maranhão e Piauí entraram clandestinamente no país e causaram prejuízo de R\$ 246 milhões em arrecadação de impostos, segundo Fórum Nacional contra a **Pirataria**

Ribeirão Preto

O consumo de cigarros produzidos no Paraguai e em outros países e contrabandeados diminuiu no ano passado no Brasil, mas apresentou crescimento em estados do Nordeste, que estão sendo alvo do crime organizado, causando prejuízo na arrecadação de impostos.

Os dados são de estudo do Ipec, encomendado pelo FNCP (Fórum Nacional contra a **Pirataria** e a Ilegalidade), e apontam que, enquanto a média nacional é de 32% (ou seja, de cada 100 maços de cigarro consumidos, 32 são ilegais), no Nordeste a participação chega a 43%.

Parte de carga de cigarros contrabandeados que estava em embarcação que encalhou em Cajueiro da Praia, litoral do Piauí

-



Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte concentram os maiores índices. No Maranhão, o índice de cigarros vendidos ilegalmente chegou a 70%, o que significa, na avaliação do FNCP, uma arrecadação de R\$ 356 milhões para o crime organizado e R\$ 111 milhões em perdas de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços).

Piauí e Rio Grande do Norte têm 68% de seu mercado dominado pela ilegalidade. No Piauí, o prejuízo che-

Continuação:
Cigarros ilegais avançam no Nordeste e abastecem crime organizado



gou a R\$ 135 milhões no ano passado.

Estimativas do fórum indicam que o crime organizado movimentou cerca de R\$ 9 bilhões com venda do cigarro ilegal no país no ano passado, gerando prejuízo de R\$ 7,2 bilhões com evasão fiscal -os impostos superam 80% em alguns estados. Foram vendidos 34 bilhões de unidades de cigarro contrabandeado.

"Esse avanço se dá por uma combinação de fatores estruturais e estratégicos do crime organizado. Em primeiro lugar, a elevada carga tributária sobre os cigarros legais, que ultrapassa 70% do preço final, gera um forte incentivo econômico para o consumo de produtos ilegais, que nada pagam de impostos e chegam a custar menos da metade do valor de um produto legalizado", diz Edson Vismona, presidente do FNCP.

"Além disso, a região tem sido cada vez mais explorada por rotas alternativas de contrabando. Em particular, a rota do Suriname tem se consolidado como um corredor importante para o ingresso de cigarros contrabandeados para o Norte e Nordeste", completa.

1

15

ic_save

Ciudad del Este, cidade paraguaia considerada um oásis para o contrabando de mercadorias rumo ao Brasil

Bruno Santos/Folhapress

ic_share

Ícone fechar

Continuação:
Cigarros ilegais avançam no Nordeste e abastecem crime organizado



Voltar

Voltar

Órgãos como Receita Federal, PF, PRF e Exército atuam contra a entrada ilegal de mercadorias no país

Carregando...

Historicamente, o contrabando de cigarros se dava por via terrestre, partindo do Paraguai (Paraná e Mato Grosso do Sul) e seguindo pelas rodovias até os grandes centros de consumo. Com o aumento da fiscalização na tradicional rota, os criminosos diversificaram a entrada dos produtos ilegais no país.

Além da rota terrestre, os carregamentos chegam via Suriname e Guiana Francesa, depois de passarem por Bolívia e Chile, e se espalham pelo Nordeste. Apesar do aumento de custos, Vismona afirma que a prática segue rentável para as facções, que usam o contrabando como uma das principais fontes de financiamento.

"Em geral, o comércio de produtos ilegais está vinculado a uma série de outros tipos de crimes ainda mais graves, tais como o tráfico de armas, de munição e de drogas, lavagem de dinheiro, roubo, homicídios, sequestros."

Delegado da PF (Polícia Federal) em Mossoró, Igor Chagas esteve à frente de operações de combate ao contrabando desde 2019, e disse que há organizações especializadas no Pará, que vão ao Suriname em busca do contrabando e retornam ao Brasil pelo litoral.

"São braços do mar que entram aqui na cidade, e são pouco fiscalizados, locais ermos, então é muito favorável para eles fazerem esse tipo de ação aqui. E apesar de a gente ter feito esse combate, a gente sabe que continua. É muito lucrativo, muito rentável", disse.

Continuação:
Cigarros ilegais avançam no Nordeste e abastecem crime organizado



O delegado Gilberto Pinheiro, chefe da delegacia de repressão a crimes fazendários da PF no Rio Grande do Norte, concorda e disse que o estado tem um litoral grande, que facilita a atuação da criminalidade.

"Não é exclusivo [do Rio Grande do Norte], mas é uma grande porta de entrada. A arrecadação fiscal é um problema, claro, mas o entorno, os crimes violentos, é que maculam", disse.

O fato de o Nordeste concentrar algumas regiões de pobreza, segundo Vismona, contribui para que os consumidores utilizem cigarros paraguaios ou feitos em outros países, como Coreia do Sul.

"A diferença no preço entre o cigarro legal e o ilegal é uma distorção alimentada diretamente pela alta carga tributária. Isso cria uma vantagem competitiva para o produto contrabandeado, que, além de ser mais barato, não respeita nenhuma norma sanitária. Portanto, embora fatores socioeconômicos agravem o problema em regiões mais pobres, o contrabando de cigarros deve ser tratado como um desafio nacional, que alimenta, cada vez mais, o crime organizado e fragiliza a economia de forma sistêmica."

Continuação:
Cigarros ilegais avançam no Nordeste e abastecem crime organizado



Continuação:
Cigarros ilegais avançam no Nordeste e abastecem crime organizado



Continuação:
Cigarros ilegais avançam no Nordeste e abastecem crime organizado



Continuação:
Cigarros ilegais avançam no Nordeste e abastecem crime organizado



Anatel acusa Mercado Livre de ser principal ponto de venda de eletrônicos piratas

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



OUTRO LADO: Mercado Livre contesta competência do regulador na Justiça e diz que comércio ultrapassa atribuições determinadas pela Lei

São Paulo

Grande parte dos 'eletrônicos piratas' apreendidos pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) vem do Mercado Livre, disse a superintendente de fiscalização da agência, Gesiléia Fonseca Teles, em entrevista coletiva nesta segunda-feira (26). São itens que não foram homologados pelo regulador e circulam sob notas frias ou sem pagar tributos às receitas estaduais e Federal.

A Anatel já aplicou R\$ 7 milhões em multas contra plataformas de comércio eletrônico pela venda de aparelhos eletrônicos piratas, como celulares, drones e notebooks. O marketplace argentino concentra o maior nível de apreensão em diligências nos seus centros de distribuição e, sozinho, responde por mais de R\$ 6 milhões dentre o total de autuações.

A **pirataria** leva à evasão fiscal de R\$ 3,5 bilhões, estima a Abinee (Associação Brasileira da Indústria

Elétrica e Eletrônica). A entidade patronal calcula que 5,46 milhões de smartphones não homologados foram vendidos em 2024, embora a Receita Federal tenha apreendido apenas cerca de 650 mil smartphones contrabandeados no ano passado.

Centro de distribuição da Amazon em Cajamar, a 45 quilômetros da capital paulista

-

Também foram multados pela venda de aparelhos irregulares Amazon, Americanas, Magazine Luiza e Shopee. As empresas já foram notificadas e estão recorrendo no âmbito dos processos administrativos.

Mercado Livre e Amazon contestam a competência do regulador das telecomunicações na Justiça Federal, argumentando que o comércio e a internet ultrapassam as atribuições determinadas pela lei.

A superintendente de fiscalização da Anatel, Gesiléia Fonseca Teles, afirmou, nesta segunda-feira (26), que o fiscalizador conseguiu vitórias provisórias nos tribunais que confirmam sua competência e a responsabilidade dos marketplaces sobre vendas ilegais.

Os julgamentos dos agravos em cada caso estão agendados para junho, e uma decisão favorável ao regulador pode levar até ao bloqueio dos sites.

Há uma medida cautelar do fiscalizador, que determina multas que podem alcançar R\$ 50 milhões e até a derrubada das plataformas, em caso de descumprimento de ordens para retirar anúncios de dispositivos irregulares.

Continuação:
Anatel acusa Mercado Livre de ser principal ponto de venda de eletrônicos piratas

Uma primeira fiscalização da Anatel, de junho, indicou que 43% dos aparelhos vendidos na plataforma seriam piratas - essa proporção só foi maior na Amazon, onde o valor observado alcançou 51,25%. A maior parte dos anúncios era de smartphones.

Em entrevista à Folha, o diretor de relações governamentais do Mercado Livre, François Martins, disse ter recebido as recentes denúncias da Anatel com surpresa.

Segundo ele, o relatório mais recente do fiscalizador, divulgado no último mês de julho, considerou o site conforme, ao detectar um parcela de celulares ilegais de 5,8%, disse - o limite máximo é de 9%. Isso porque o site passou a obrigar que os parceiros vendam apenas aparelhos disponíveis em um catálogo, no qual constam apenas dispositivos homologados pelo regulador.

Gesiléia, contudo, afirma que o acompanhamento no âmbito da medida cautelar é constante e ainda está em aberto. O regulador ainda não aplicou punições no âmbito desse processo administrativo.

Nesta segunda-feira (26), a agência realizou nova operação contra centros de distribuição de Amazon, Mercado Livre e Shopee, em São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás e Bahia. Houve apreensão já confirmada de drones e smartphones irregulares em depósitos de Mercado Livre e Shopee, e a ação prossegue até esta terça-feira (27).

De acordo com a Anatel, a fiscalização parte do monitoramento de anúncios nas plataformas de e-commerce para articular visitas aos centros de distribuição das empresas. "A principal porta de entrada dos aparelhos ilegais são os marketplaces", disse o presidente da agência, Carlos Baigorri.

Em nota, a Amazon afirmou que não comercializa produtos irregulares e exige que todos os itens ofertados por seus parceiros de negócios possuam as li-

cenças e homologações necessárias. "Desde 2023, mantemos comunicação e colaboração contínua com a Anatel, priorizando o interesse do consumidor brasileiro."

Para a entidade setorial Câmara Brasileira da Economia Digital (camara-e.net), suspender os sites seria uma medida extrema que afetaria milhões de pessoas. "As plataformas investem em tecnologia, em equipes especializadas e trabalham diariamente para identificar e ativamente tirar do ar anúncios irregulares com rapidez e transparência, muitas vezes impedindo que sejam até mesmo publicados."

Os principais pontos de venda de aparelhos contrabandeados, segundo relato de fiscais estaduais, são pequenas lojas hospedadas nos marketplaces. Os comerciantes, a maioria de origem chinesa, vendem versões de produtos chineses (XiaoMi, RealMe e Oppo) sem o padrão de qualidade exigido pela norma brasileira, a preços baixos com notas fiscais frias.

O Mercado Livre afirmou que também é vítima da documentação fraudulentas.

Além do prejuízo aos cofres públicos, a Anatel diz que não pode garantir a segurança dos aparelhos que não certificou contra problemas já observados como a explosão de baterias.

Em dezembro, o Ministério da Justiça também notificou Mercado Livre e Amazon por anúncios de aparelhos irregulares. "A Senacon apurou que vendedores cadastrados apenas com CPF movimentam volumes consideráveis de vendas sem emissão de nota fiscal, descumprindo a exigência de documentação fiscal prevista no Código de Defesa do Consumidor", disse a pasta em comunicado.

Operações coordenadas da Receita Federal com as polícias civis do Mato Grosso e do Paraná indicam que uma das portas de entrada dos aparelhos contrabandeados é a fronteira com o Paraguai. Os pro-

Continuação:
Anatel acusa Mercado Livre de ser principal ponto de venda de eletrônicos piratas

duto de descaminho também chegam pelos aeroportos.

No último dia 12, o deputado federal Vitor Lippi (P-SDB-SP) propôs um projeto de lei para responsabilizar os marketplaces pelo calote tributário gerado pelo contrabando de aparelhos eletrônicos.

"Estes marketplaces, além de receberem uma comissão de 15% da venda destes aparelhos, muitas vezes processam o pagamento, armazenam os produtos e fazem a entrega", disse o deputado à Folha.

Anatel apreende mais de 1,4 mil produtos irregulares durante operação em depósitos de Mercado Livre e Amazon

ECONOMIA E NEGÓCIOS



Balanço parcial de operação foi divulgado na tarde desta segunda-feira (26). Entre os produtos apreendidos, estão drones sem homologação. Depósito da Shopee também é alvo de fiscalização.

Anatel apreende drone em operação que mira eletrônicos piratas

Balanço parcial de uma operação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) divulgado nesta segunda-feira (26) aponta a apreensão mais de 1,4 mil produtos irregulares nos depósitos das empresas Mercado Livre e Amazon.

A Shopee também é alvo da operação, mas ainda não há informações sobre a existência de produtos irregulares no depósito da marketplace.

Segundo a Anatel, drones são os principais produtos apreendidos nesta segunda-feira. Confira os números da operação até 14h20:

Amazon, em Cajamar (SP): 1000 produtos irregulares, sendo 400 eram drones;

Mercado Livre, em Santa Catarina: 923 drones fiscalizados, 466 eram drones irregulares.

Mercado Livre, na Bahia: 21 modelos de drones ir-

regulares.

Segundo a Anatel, agentes ainda estão fiscalizando depósitos da Shopee em Contagem (MG), São João de Meriti (RJ) e Hidrolândia (GO).

A operação também está acontecendo em depósitos do Mercado Livre e da Amazon em Minas Gerais.

Em entrevista, a Anatel informou que outros balanços das apreensões serão divulgados e que a operação continuará nesta terça-feira (27).

Qual é o destino dos produtos irregulares?

A conselheira Gesilea Fonseca Teles explicou que, caso os produtos possam ser regularizados, o dono pode buscá-lo na Anatel.

Mas, se não for possível a regularização, o produto pode ser reaproveitado ou distribuído, observadas as questões ambientais.

RecomendaçãoNo ano passado, a Anatel passou a monitorar a internet analisando anúncios de aparelhos eletrônicos - como de celulares piratas - vendidos no Brasil.

A Anatel também pediu para que os anúncios fossem removidos, assim como as contas dos responsáveis pelos itens.

No entanto, as vendas seguiram e, agora, a Anatel decidiu fazer uma "blitz" em depósitos e centros de distribuição.

A iniciativa faz parte do Plano de Ação de Combate à **Pirataria** (PACP), que busca intensificar o combate à venda de produtos de telecomunicações não ho-

Continuação: Anatel apreende mais de 1,4 mil produtos irregulares durante operação em depósitos de Mercado Livre e Amazon

mologados em marketplaces.

Segundo o conselheiro da Anatel e líder das ações do PACP, Alexandre Freire, "apesar de todo o esforço para o diálogo, reconhece-se, no atual momento, a necessidade de intensificar as ações da Anatel junto aos marketplaces".

Freire destacou também que "marketplaces, assim

como representantes de qualquer outro segmento do comércio, não podem postergar a adoção de medidas efetivas para combater a comercialização de produtos de telecomunicações não homologados".

"Essa prática sujeita o consumidor a possíveis danos decorrentes da compra de equipamentos irregulares", concluiu o conselheiro da Anatel.

Novo Código Civil quer responsabilizar big techs por conteúdos de usuários

POLÍTICA

A proposta de reforma do Código Civil propõe revogar o artigo do Marco Civil da Internet que coloca a responsabilidade das publicações em redes sociais em cima dos próprios usuários. Artigo 19 do Marco Civil da Internet prevê que a responsabilização do conteúdo publicado em plataformas da internet é do próprio usuário. A big tech só pode ser responsabilizada se descumprir ordem judicial de remover o conteúdo. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente. O projeto que altera o Código Civil propõe revogar esse artigo. Outros artigos que falam sobre a responsabilidade por conteúdo de terceiros, como a não responsabilização pelos conteúdos por parte da empresa que fornece o acesso à internet e o dever da plataforma informar ao usuário o motivo da remoção do conteúdo em uma eventual ordem judicial, não sofrem alterações.

STF (Supremo Tribunal Federal) julga a constitucionalidade do artigo e a possibilidade de as plataformas serem responsabilizadas por conteúdos de usuários. O julgamento, porém, foi interrompido no dia 18 de dezembro após pedido de vista do ministro André Mendonça. Ministros apontaram falhas do artigo 19. Dias Toffoli considera inconstitucional a exigência de uma ordem judicial para a exclusão de conteúdos ilícitos. O ministro Luiz Fux diz que o modelo atual dá imunidade às plataformas. Para ele, a responsabilização deve se basear em um artigo da lei que prevê a retirada do conteúdo com uma simples notificação. Já o ministro Luís Roberto Barroso entendeu que o artigo 19 é parcialmente inconstitucional. Isso porque, segundo ele, não pode

haver responsabilidade das redes por conteúdos de terceiros. Revogação do artigo seria decisão acertada, diz advogado. "Ele [artigo 19] criou uma blindagem para essas big techs, para essas grandes empresas provedoras de serviços de internet, o que dificulta muito a responsabilização por conteúdos que efetivamente violam direitos fundamentais de pessoas.", afirma Pedro Amorim de Souza, da Martins Cardozo Advogados.

A insegurança jurídica causada pela retirada do artigo poderá levar big techs a adotarem "postura conservadora", aponta jurista. Segundo Alexandre Zavaglia Pereira Coelho, presidente da Comissão de Tecnologia e Inovação da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil), casos objetivos são fáceis de ser analisados e retirados do ar, como pornografia, desrespeito à lei discriminatória e direitos autorais. Contudo, plataformas não têm capacidade de fazer julgamento em casos subjetivos, como discursos de ódio, diz Zavaglia. "Quando você olha o extremo, é fácil ver o discurso de ódio. Mas há uma linha tênue entre liberdade de expressão e discurso de ódio. No caso, o que pode acontecer: qualquer pessoa que se sentir ofendida, pode notificar a plataforma e o conteúdo ser retirado. Corremos o risco de ter o efeito inverso de cerceamento de liberdade de expressão." A reforma cria um dever genérico de agir prontamente sempre que a empresa tomar ciência de um conteúdo ilícito - conceito elástico que pode incluir desde um e-mail de reclamação até uma reportagem.

Sem o filtro judicial, o risco financeiro de decisões divergentes recai integralmente sobre as plataformas, sobretudo as maiores, que viram alvo preferencial das mais diversas ações indenizatórias. Se não tivermos critérios do justifica uma retirada, isso vai virar uma contestação na Justiça. A pessoa vai falar que tinha liberdade de expressão. Podemos ter esse efeito reverso de limitar a liberdade de expressão.

Plenário vai analisar tratado sobre patente internacional de microrganismos



Tópicos: Biodiversidade Comissão de Relações Exteriores Empresas Regional Relações Exteriores Rio Grande do Sul Segurança Senador Hamilton Mourão Tecnologia

Projeto de Decreto Legislativo Plenário vai analisar tratado sobre patente internacional de microrganismos A Comissão de Relações Exteriores aprovou o PDL 466/22 que ratifica a adesão do Brasil ao Tratado de Budapeste. O documento permite que qualquer material biológico depositado em um dos países signatários seja aceito automaticamente em todos, sem a necessidade de múltiplos depósitos e facilitando a proteção internacional da inovação. O senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) reforçou que a mudança pode transformar instituições brasileiras em referências internacionais em **biotecnologia**. Marcella Cunha 26/05/2025, 13h39 - ATUALIZADO EM 26/05/2025, 13h56 Duração de áudio: 01:58 Foto: Saulo Cruz/Agência Senado Transcrição

A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES APROVOU UM ACORDO INTERNACIONAL SOBRE PATENTE DE MICRORGANISMOS.

O CHAMADO TRATADO DE BUDAPESTE, QUE SEGUE PARA O PLENÁRIO, DEVE ABRIR PORTAS PARA CENTROS BRASILEIROS DE BIOTECNOLOGIA. REPÓRTER MARCELLA

CUNHA.

O Tratado de Budapeste é um acordo internacional que facilita o **registro** de patentes envolvendo micro-organismos. Isso porque quando alguém precisa proteger uma tecnologia baseada em bactérias ou fungos, por exemplo, não basta descrever a invenção. É preciso depositar uma amostra viva em centros especializados.

Com esse tratado, se torna válido para fins de patente um único depósito feito em qualquer uma das autoridades reconhecidas internacionalmente.

Para o senador Hamilton Mourão, do Republicanos do Rio Grande do Sul, ao eliminar a necessidade de múltiplos depósitos, a adesão ao tratado torna o **processo** de patente mais simples, barato e seguro.

Representa medida oportuna e estratégica para o fortalecimento do sistema nacional de **propriedade intelectual**, particularmente no setor da **biotecnologia**. Trata-se de instrumento que simplifica procedimentos, reduz custos e amplia a segurança jurídica para inventores e empresas que atuam com inovação baseada em materiais biológicos.

Com a ratificação do tratado, centros de pesquisa nacionais poderão ser autorizados a receber depósitos de material biológico no Brasil.

Para o senador Mourão, essa mudança pode transformar as instituições brasileiras em referências internacionais em biotecnologia e biodiversidade.

A adesão brasileira contribuirá para a inserção mais eficiente dos pesquisadores e das instituições nacionais em cadeias globais de inovação. De igual modo, permitirá que instituições científicas brasileiras se candidatem ao reconhecimento como autoridades depositárias internacionais, com potencial para con-

Continuação: Plenário vai analisar tratado sobre patente internacional de microrganismos

solidar a liderança regional do Brasil no campo da biotecnologia e da biodiversidade.

O Tratado de Budapeste é administrado pela Organização Mundial de **Propriedade** Intelectual e já foi ratificado por cerca de 80 países. Da Rádio Se-

nado, Marcella Cunha. Tópicos: Biodiversidade, Comis são de Relações Ex teriores, Empresas Regional, Relações Ex teriores, Rio Grande do Sul, Segurança, Senador Hamilton Mourão, Tecnologia

Caso Volpi: os direitos autorais de obras produzidas sob Alzheimer



Reflexão jurídica sobre os limites da autenticidade em obras de arte quando a capacidade subjetiva do artista se encontra comprometida

Opinião Autenticidade em crise: **direitos** autorais, subjetividade e paradigma Volpi na arte produzida sob Alzheimer

Este artigo propõe uma reflexão jurídica sobre os limites da autenticidade em obras de arte quando a capacidade subjetiva do artista se encontra comprometida por enfermidades progressivas, como o Mal de Alzheimer. Tomando como paradigma o caso de Alfredo Volpi (1896-1988), cuja produção entre 1984 e 1988 desperta questionamentos éticos, jurídicos e museológicos, busca-se investigar até que ponto a degradação cognitiva afeta a legitimidade da autoria artística.

Reprodução

A autenticidade de uma obra de arte, na concepção moderna do **direito** autoral, está intimamente ligada à subjetividade do autor - sua intenção criativa, domínio técnico e expressão estética. Quando essa subjetividade entra em colapso, a obra continua sendo sua? Ou se torna expressão de terceiros, ainda que elaborada com seus materiais e dentro de seu ateliê?

Este texto visa contribuir para um amplo debate público, jurídico e interdisciplinar sobre a necessidade de atualização da Lei de **Direitos** Autorais brasileira,

especialmente no que tange à definição da criação autoral sob condições de comprometimento neurológico. A questão de fundo é conceitual e provocadora: o artista plástico, afinal, morre antes do que o homem biológico?

Espera-se, com este artigo, promover uma discussão ampla que auxilie o Judiciário a se aparelhar de forma mais eficaz para prestar tutela jurisdicional adequada diante de casos semelhantes - que, embora tenham como marcos emblemáticos os episódios de Volpi no Brasil e De Kooning nos Estados Unidos, extrapolam essas figuras e alcançam uma complexa zona de indeterminação autoral que exige novos parâmetros técnicos, jurídicos e éticos.

Subjetividade como fundamento da autoria

A noção de autoria, no campo do **direito** autoral contemporâneo, transcende a simples execução técnica. Conforme a Lei nº 9.610/1998, são protegidas "as criações do espírito", e o artigo 24º consagra os direitos morais do autor, como a paternidade da obra e a defesa de sua integridade. Esses dispositivos legais refletem uma concepção de obra como extensão da personalidade do autor.

A perda dessa subjetividade compromete a autenticidade. Ainda que tecnicamente semelhantes, obras produzidas em estado de incapacidade parcial não carregam a mesma legitimidade jurídica, pois estão desprovidas da intenção criativa que fundamenta a proteção autoral. A subjetividade, assim, não é apenas um atributo criativo. É um requisito jurídico.

Caso Volpi: técnica, isolamento e o Alzheimer progressivo

Volpi foi mestre da têmpera a ovo, técnica que exige vigor físico, sensibilidade estética e profundo controle do gesto. A partir de 1984, surgiram relatos de

Continuação: Caso Volpi: os direitos autorais de obras produzidas sob Alzheimer

comprometimento cognitivo, dificuldades motoras e isolamento social. Colecionadores, críticos e amigos notaram mudanças em sua rotina e em suas obras - algumas assinadas, mas com traços distintos da deterioração visível em outras da mesma fase.

Spacca

Apesar de não ter havido interdição formal, a comunidade museológica e os responsáveis pelo catálogo raisonné optaram por não incluir as obras produzidas entre 1984 e 1988. A decisão foi baseada na impossibilidade de atestar, com segurança, a manifestação subjetiva plena do artista no processo criativo, à luz da doença já instalada.

Sabemos hoje que a progressão média do Alzheimer até o óbito é de sete anos. Volpi manifestou sintomas em 1984 e faleceu em 1988. A análise médica compatibiliza esse período com os estágios moderados da doença, nos quais já se observa prejuízo cognitivo relevante.

Não se trata apenas de uma hipótese clínica ou indício testemunhal: Alfredo Volpi faleceu, oficialmente, de Mal de Alzheimer. Sua certidão de óbito, documento público e dotado de fé pública, registra de modo incontroverso o Alzheimer como causa mortis. Portanto, a doença não foi um elemento colateral de sua biografia tardia, mas a própria razão de sua morte. Essa constatação confere gravidade adicional ao debate jurídico sobre a legitimidade das obras atribuídas ao artista em seus anos finais.

Fragilidade das perícias técnicas no contexto do Alzheimer

A perícia técnica tradicional - centrada em pigmentos, composição, assinaturas e métodos materiais - mostra-se insuficiente quando o cerne da controvérsia reside na ausência de intenção criativa do artista. Obras atribuídas a Volpi após 1984 utilizam os mesmos pigmentos e suportes, mas a subjetividade que lhes conferiria autenticidade talvez já

não estivesse presente.

A intervenção de assistentes, familiares ou agentes - ainda que bem-intencionada - pode produzir obras formalmente coerentes, mas juridicamente duvidosas. O **direito** autoral exige mais do que materialidade: exige expressão. Por isso, a análise da autenticidade nesses contextos deve ser interdisciplinar, incorporando laudos médicos, testemunhos e registros históricos do processo criativo.

Interdição, incapacidade e limites da autoria

A Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) introduziu o conceito de capacidade como um espectro, não mais como uma dicotomia. Isso, no entanto, ainda não encontrou plena ressonância no **direito** autoral, que continua a lidar com a autoria de forma binária: ou há intenção subjetiva, ou não há.

No caso de Volpi, a ausência de interdição formal não impede que se considere a possibilidade de parcial incapacidade autoral. Isso exige que o direito evolua, incorporando critérios que permitam aferir a integridade criativa de artistas em processo de deterioração psíquica. É nesse ponto que a interseção entre arte, medicina e direito se torna inescapável.

Enquanto o caso de Willem de Kooning, diagnosticado com Alzheimer em período concomitante ao de Volpi, gerou amplo debate público, reflexões jurídicas aprofundadas e, inclusive, influenciou a jurisprudência e o arcabouço normativo norte-americano, o Brasil permaneceu inerte. O Judiciário brasileiro, muitas vezes, fica à mercê de uma visão arcaica da perícia, centrada na análise de pigmentos, telas e outros elementos de materialidade técnica. No entanto, não se trata aqui de discutir o objeto em si - que pode perfeitamente ter saído do ateliê do artista - , mas sim a autoria. E a autoria, como instituto jurídico, reside na subjetividade.

Trata-se de um campo de análise em que a simples

Continuação: Caso Volpi: os direitos autorais de obras produzidas sob Alzheimer

presença física do artista não basta. Mesmo uma supervisão parcial de uma obra por um autor com subjetividade já comprometida pode não ser suficiente para conferir-lhe legitimidade. O conceito de autoria demanda lucidez, intenção estética e domínio intelectual. A ausência parcial desses elementos deve ser cuidadosamente avaliada, sob pena de se legitimar o que não é mais expressão autêntica.

Os órgãos responsáveis pela catalogação *raisonné* da obra de Volpi, que optaram por não incluir as produções entre 1984 e 1988, evidenciam, com essa recusa, o alto grau de seriedade e responsabilidade metodológica de sua atuação. A decisão, longe de representar omissão, é manifestação de rigor acadêmico e jurídico diante de um cenário em que a subjetividade do artista já se encontrava diluída.

Isso reforça o caráter complexo e sensível do debate, cuja dimensão extrapola o campo da crítica de arte para exigir posicionamentos sólidos do sistema jurídico. É justamente esse o foco central do presente trabalho: provocar a reflexão profunda sobre a autoria em tempos de deterioração cognitiva e garantir que a tutela jurisdicional seja prestada de forma técnica, interdisciplinar e justa.

Caso Willem de Kooning e comparação internacional

Willem de Kooning (1904-1997), expoente do expressionismo abstrato norte-americano, foi diagnosticado com Alzheimer no final da década de 1980 e continuou a produzir até cerca de 1990. Nesse período, suas obras tornaram-se notavelmente mais contidas, com formas simplificadas e menor agressividade gestual. A mudança estilística, inicialmente interpretada como nova fase estética, logo suscitou dúvidas sobre sua autonomia criativa.

Críticos e estudiosos apontaram que, nesse período, De Kooning era cercado por assistentes, agentes e curadores que gerenciavam sua rotina de ateliê, levantando suspeitas sobre a extensão de sua

participação ativa nas obras assinadas. Em 1993, a revista *The New Yorker* questionava se o artista, já comprometido cognitivamente, teria compreendido ou autorizado as obras produzidas em seu nome.

Ao contrário do que ocorreu no Brasil com Volpi, o debate internacional gerou eco jurídico e resultou em maior cautela nos critérios de avaliação de autenticidade. A diferença reside também na cultura documental: nos EUA, os procedimentos de ateliê foram registrados com precisão; no Brasil, o silêncio institucional e a ausência de documentação sistemática dificultam qualquer juízo inequívoco.

Desafio brasileiro: lacunas e urgência jurídica

Outros artistas brasileiros acometidos por doenças neurodegenerativas, como Nara Leão, Lygia Fagundes Telles, Nelson Sargento e Rubem Alves, também suscitam, mesmo que de modo latente, a necessidade de um debate jurídico profundo sobre a autenticidade de suas obras finais.

A jurisprudência brasileira é ainda incipiente nesse campo. O mercado, por sua vez, opera com pragmatismo comercial, aceitando obras cuja autenticidade subjetiva pode estar comprometida. Sem um marco jurídico claro, proliferam disputas silenciosas, inseguranças e falsificações legitimadas pelo tempo.

Internacionalmente, casos como os de William Utermohlen e Carolus Horn evidenciam a urgência de normativas que reconheçam a fronteira entre produção sob lucidez e produção sob deterioração. No Brasil, esse debate é ainda embrionário, mas não menos necessário.

Conclusão

O caso de Alfredo Volpi revela um paradoxo essencial: a obra pode continuar sendo formalmente coerente, mas sua alma - a subjetividade criadora - talvez já tenha se dissipado. A provocação que orienta

Continuação: Caso Volpi: os direitos autorais de obras produzidas sob Alzheimer

este artigo permanece: o artista plástico, afinal, morre antes do que o homem biológico?

É imperativo que o **direito** autoral evolua para lidar com essa zona de transição. A integridade da obra não pode prescindir da integridade do autor. Quando esta última se dissolve, a primeira torna-se vulnerável. A resposta jurídica, para ser eficaz, precisa ouvir a arte, a medicina e a memória cultural.

Referências (ABNT)

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o **direito** autoral e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 fev. 1998.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul.

2015.

MSD MANUALS. Doença de Alzheimer. Disponível aqui.

NOVO CUIDAR. Fases da demência: o que esperar à medida que a doença progride. Disponível aqui.

BVS/MS. Doença de Alzheimer. Biblioteca Virtual em Saúde - Ministério da Saúde. Disponível aqui.

THE NEW YORKER. What Did de Kooning Know, and When Did He Know It? New York, 1993.

Pedro Machado Mastrobuono É Advogado Especializado Em **Direitos** Autorais Presidente Da Fundação Memorial Da América Latina E Ex-Presidente Do Instituto Brasileiro De Museus

Brasil mostra sua força como exemplo de inovação tecnológica para a América Latina



Rodrigo Bocchi*

Por muito tempo o Brasil foi chamado de "o país do futuro", uma promessa que, na área da **inovação** tecnológica, começa enfim a se cumprir de maneira clara e consistente. Nosso país vem se consolidando como referência não apenas para os vizinhos latino-americanos, mas também como um polo de soluções inovadoras observado de perto por mercados maduros ao redor do mundo.

Essa liderança já é visível em áreas estratégicas. O sistema financeiro, por exemplo, viveu uma verdadeira revolução com o Pix, sistema de pagamentos instantâneos desenvolvido pelo Banco Central em parceria com instituições públicas e privadas. A iniciativa não só superou o dinheiro em espécie como principal meio de pagamento no país, como também movimentou cerca de R\$ 26 trilhões apenas em 2024. O sucesso da ferramenta tem inspirado outros países da região a adotarem modelos similares, colocando o Brasil na vanguarda da transformação digital bancária.

Outro setor em que o país se destaca é a cibersegurança. Somos hoje o maior mercado da América Latina nesse segmento em termos de receita, conforme dados da consultoria Mordor Intelligence, que aponta crescimento anual da área em torno de 10% e faturamento de US\$ 4,85 bilhões até 2027. Isso é, em parte, reflexo de uma realidade desafiadora: o Brasil ocupa o segundo lugar no ranking mundial de países mais atacados virtualmente, atrás apenas

dos Estados Unidos. Em resposta, empresas e instituições têm investido fortemente em proteção digital, e os resultados aparecem: o país passou a figurar, em 2024, entre os modelos globais no 5º Índice Global de Cibersegurança (GCI).

A inovação também deu seu salto por meio da escuta ativa das necessidades do consumidor. No campo da observabilidade, empresas brasileiras saíram na frente ao detectar, de forma precoce, as demandas de seus clientes. Isso gerou o desenvolvimento de soluções robustas que agora servem de referência para outros países da região, onde o conceito ainda é incipiente.

Mas o que nos trouxe até aqui? A chave está no comprometimento do setor tecnológico com a formação contínua de talentos e na abertura para aprender com os mercados mais avançados, como os Estados Unidos e a China. A habilidade de absorver tendências globais e adaptá-las à realidade local tem sido essencial para alimentar esse ciclo virtuoso de inovação.

A cultura de inovação também é respaldada por uma sociedade que, embora consciente dos desafios, é altamente receptiva à tecnologia. Segundo a 45ª edição do relatório "Data Stories - Tecnologia + Humanidade", da Kantar Ibope Media, 88% dos brasileiros afirmam gostar de soluções tecnológicas que facilitem o dia a dia - número superior à média global. Isso contrasta com a preocupação de 70% dos latino-americanos em relação ao impacto da tecnologia nas relações humanas, evidenciando um espírito mais otimista e aberto no Brasil.

Esse protagonismo também se reflete no campo acadêmico e científico. Um levantamento do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, mostra que o Brasil possui 144 unidades de pesquisa dedicadas à inteligência artificial - reforçando seu pa-

Continuação: Brasil mostra sua força como exemplo de inovação tecnológica para a América Latina

pel como um dos principais centros de excelência em IA na região.

De acordo com o Índice Global de Inovação (IGI) 2024, publicado pela Organização Mundial da **Propriedade** Intelectual (OMPI), o Brasil lidera a América Latina e Caribe em inovação. Logo atrás vêm Chile e México, com Uruguai, Colômbia, Argentina, Costa Rica e Peru completando o ranking das economias mais inovadoras da região.

Esse apetite por inovação e resultados vai além do uso cotidiano da tecnologia e se estende também ao meio acadêmico e científico. Um estudo do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), vinculado ao

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, revela que o Brasil abriga hoje 144 centros de pesquisa dedicados à inteligência artificial. Esse número coloca o país entre os principais polos de desenvolvimento em IA na América Latina, reforçando seu protagonismo na produção de conhecimento e **inovação** tecnológica.

O Brasil se move, não apenas para acompanhar o futuro, mas para moldá-lo. Com ousadia, resiliência e estratégia, estamos mostrando ao mundo, e especialmente aos nossos vizinhos, que o amanhã já começou por aqui.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual

4, 7, 15, 31, 37

Direitos Autorais

5, 15, 30, 33

ABPI

7

Marco regulatório | INPI

7, 14

Patentes

7, 14, 30, 31

Pirataria

17, 25, 28

Inovação

31, 37